

O ensino de música no Nordeste brasileiro: notas históricas e desafios atuais

Ricieri Carlini Zorzal*
Ana Neuza Araújo Ferreira**

Resumo: Apresenta-se neste artigo uma reflexão histórica sobre o ensino de música no Nordeste brasileiro, apoiada em três eixos: o crescimento econômico das principais cidades da região no Brasil Império; a subserviência política do ensino de música no alvorecer da República em instituições estaduais de nível técnico; a oferta de cursos superiores de música no contexto de cada estado da região. A metodologia consiste em pesquisas documentais e bibliográficas, consultas às páginas virtuais das instituições e consultas por e-mail a agentes públicos. Conclui-se pela proposição de uma legislação complementar que estabeleça compromissos a ser assumidos pelos gestores educacionais, no que diz respeito à manutenção, à ampliação e à interiorização das instituições de ensino de música.

Palavras-chave: ensino de música, História, Nordeste, legislação.

* Doutor em Educação Musical pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Professor Adjunto III - Departamento de Artes (DEART), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís – MA. E-mail: riciviolao@terra.com.br

** Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Professora de Piano do Ensino Técnico, Escola de Música do Estado do Maranhão (EMEM), São Luís – MA. E-mail: ananeuza@hotmail.com

The teaching of music in northeastern Brazil: a brief historical report and current challenges

Ricieri Carlini Zorzal
Ana Neuza Araújo Ferreira

Abstract: Current paper provides a discussion on the history of the teaching of Music in Northeastern Brazil. Music teaching is discussed under three main issues: economic growth of the major cities during the Brazilian Empire; the subservience of the teaching of music to politics in the early years of the Republic in state technological institutes; and the provision of Higher Education in music within the context of the each state. The methodology consists in documentary and bibliographic research, consultation of online information by educational institutions and through public officials by e-mail. Results point to additional laws setting out the commitments that educational managers should take to maintain music educational institutions and guidelines to expand and internalize the vacancies in music courses.

Keywords: music education, history, Brazilian Northeast, legislation.

La enseñanza de música en el nordeste de Brasil: notas históricas y retos actuales

Ricieri Carlini Zorzal
Ana Neuza Araújo Ferreira

Resumen: Este artículo presenta una reflexión histórica sobre la enseñanza de la música en el Nordeste brasileño, apoyada en tres ejes: el crecimiento económico de las principales ciudades de la región en Brasil Imperio; la sumisión política de la enseñanza de música en el surgimiento de la República en instituciones estatales de nivel técnico; y la oferta de cursos superiores de música en el contexto de cada estado de la región. La metodología consiste en investigaciones documentales y bibliográficas, consultas a las páginas virtuales de las instituciones y consultas por e-mail a los agentes públicos. Se concluye por la proposición de una legislación complementaria que establezca compromisos que sean asumidos por los gestores educacionales, respecto al mantenimiento, a la ampliación y a la interiorización de las instituciones de enseñanza de música.

Palabras clave: Enseñanza de música. Historia. Nordeste. Legislación.

Introdução

Sabe-se que o ensino de música no Brasil Colônia ocorreu sob égides religiosas (Amato, 2012). Desde então, a educação musical trilha um caminho com diversos percalços. Com foco nesse caminho, propõe-se uma reflexão sobre o ensino de música no Nordeste Brasileiro, apoiada em três dimensões. Inicialmente, discute-se a relação do movimento musical com o desenvolvimento econômico das principais cidades da região durante o Brasil Império. Em seguida, evidencia-se a subserviência política do ensino de música nos primeiros anos da República, a qual se reflete no processo de criação das instituições estaduais de nível técnico em música. Por fim, discorre-se sobre a oferta de cursos superiores de música no contexto de cada estado da região.

Os objetivos são: 1) evidenciar históricas interferências extramusicais na oferta do ensino de música no Nordeste; e 2) traçar uma análise dos desafios atuais enfrentados pela Educação Musical nessa região.

O processo metodológico empregado na construção deste artigo inclui a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a consulta às páginas virtuais das instituições de ensino. Além disso, quando possível, foram feitas consultas, por correspondência eletrônica, a agentes públicos diretamente envolvidos com as instituições estudadas, de forma a obter informações referentes aos cursos por elas oferecidos. Assim, panoramicamente, aborda-se a oferta do ensino de música nos estados da região e se estrutura a discussão conforme os seguintes tópicos: Casas ou Colégios de Educandos Artífices; Bandas de Música; Música nas escolas novecentistas e Canto Orfeônico; Escolas e Conservatórios de Música; Cursos de Música nos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia; Cursos Superiores de Música; Considerações Finais.

Casas ou Colégios de Educandos Artífices

Em Salvador, em 1799, surge Casa Pia e Colégio de Órfãos de São Joaquim, uma instituição fundada pelo religioso catarinense Joaquim Francisco do Livramento, da 3ª Ordem de São Francisco. A instituição é criada com o objetivo de recolher crianças órfãs e proporcionar-lhes uma educação básica, uma formação moral e o aprendizado de um ofício. A Casa Pia, que inicialmente recebe o apoio dos burgueses comerciantes e

proprietários de terra, passa a ser administrada pelo Governo da Província a partir de 1818.

Com a gestão do Governo da Província, as oficinas profissionalizantes de marcenaria, alfaiataria, funilaria e tipografia, entre outras, recebem mais recursos e tornam-se capazes de atender a um número maior de alunos. Além disso, em 1830, Latim e Retórica, Geometria, Filosofia, Francês, Desenho e Música já compõem o currículo da instituição (Matta, 1996). Em atividade até os dias de hoje, essa instituição mantém uma Escola Profissionalizante de Música, em parceria com a Sociedade Musical Oficina de Frevos e Dobrados, além de dois corais (um infantil e um sênior), uma banda de música e um grupo instrumental chamado Oráculo. Tais formações musicais costumam ser solicitadas para eventos religiosos e cívicos¹.

Conforme a história do ensino de música em Pernambuco no século XIX, esse também passa pela iniciativa política de abrigar menores desvalidos. Em Recife, essas instituições são criadas em 1831 e recebem o nome de Colégio dos Órfãos e Colégio das Órfãs (Costa, 2013), os quais passam, efetivamente, a funcionar somente a partir de 1835. Em termos de metodologia, ambos adotam o ensino das primeiras letras e a formação religiosa e moral como atividades básicas, mas oferecem também outros conhecimentos, diferenciados entre meninos e meninas. Para os meninos são oferecidas aulas de geometria, música, artes e ofícios; para as meninas, atividades relacionadas aos ofícios domésticos e aulas de piano e canto. A presença da educação musical no currículo do Colégio dos Órfãos e do Colégio das Órfãs é ratificada com a admissão, em 1837, do professor Thomas da Cunha Lima Cantuária, que se torna encarregado de ministrar canto, solfejo, clarinete, trombone, oboé, flauta, rabeca e trompa. Como pode ser percebido no relatório da província de Pernambuco dessa época, o ensino de música chega a ocupar, por algum tempo, certo destaque na formação desses educandos:

No Collegio dos orphãos dá-se a estes filhos adoptivos da Provincia a instrucção elementar e se lhes ensina a Muzica. Nesta arte muito delles se tem

¹ Informações complementares sobre a Casa Pia e o Colégio de Órfãos de São Joaquim podem ser encontradas no endereço eletrônico <http://www.casapia.org.br/>.

distinguido, o que deve-se atribuir tanto a sua aptidão, como ao desvelo do Professôr respectivo (RPPE, 1843, p. 15).

Contudo, tal destaque dado ao ensino de música não dura muito tempo. Embora a presença de mestres de música seja comprovada até o último ano de atividade do Colégio dos Órfãos e do Colégio das Órfãs, o relatório da província de Pernambuco de 1852 começa a evidenciar um desinteresse pela continuidade dessas aulas. Conforme o documento:

[...] nos novos estatutos para o collegio das orphãas entre uma multiplicidade de disposições dispensaveis figura a criação de uma cadeira de musica, determinando-se que as orphãas aprendam também a tocar piano; e ja se vê a improficuidade de uma tal despeza; incompatível por de mais com a escassez de recursos do patrimonio (RPPE, 1852, p.31).

Com o baixo retorno financeiro obtido pelos colégios, o Estado percebe, em 1873, que essas instituições não estão alcançando os resultados esperados nem mesmo na formação elementar dos educandos. “Os edificios do Patrimônio estavam em péssimo estado, e a educação dos meninos do Colégio não era nada boa. Rapazes saíam do estabelecimento aos quatorze anos mal sabendo as primeiras letras e um pouco de música” (Nascimento & Barros, 2010, p.15). Por conseguinte, “[...] os garotos que ali foram recebidos não desenvolveram, em sua maioria, habilidades capazes de inseri-los em atividades de trabalho que lhes garantissem sustento” (Nascimento & Barros, 2010, p. 17). Assim, após 38 anos de funcionamento, esses colégios são convertidos em colônias agrícolas.

A partir das, até então, bem-sucedidas experiências da Bahia e de Pernambuco na profissionalização de menores abandonados, o Império desenvolve, entre os anos de 1840 e 1865, uma política assistencial para contemplar crianças pobres, órfãos ou desvalidos encontrados nas ruas. A base dessa política assistencialista é um ideal de modernização do país segundo os padrões de desenvolvimento europeu e americano para formar cidadãos úteis ao Estado² (Rizzini, 2004). Essas instituições, denominadas

² Claras referências à intenção de formar cidadãos de utilidade ao poder público estão expressas, por exemplo, nos relatórios das províncias de Pernambuco (RPPE, 1883), do Maranhão (RPMA, 1844) e de Alagoas (RPAL, 1854).

Colégios (Casas ou Escolas) de Educandos Artífices criadas em nove províncias do Império, uma das quais em São Paulo e as demais no Norte-Nordeste do país.

No Maranhão, a Casa dos Educandos Artífices é criada pela Lei nº 105, de 23 de agosto de 1841 (Amaral, 2001). Em seu primeiro ano de funcionamento, a casa abriga um modesto número de 28 meninos. Porém, em 1853, o número de matriculados sobe para 135e, em 1873, no apogeu de seu funcionamento, 300 meninos chegam a participar das oficinas ali oferecidas, 45 dos quais optam pelas oficinas de música e de instrumentos de corda (RPMA, 1873).

O ensino de música na Casa dos Educandos Artífices do Maranhão é visto como de fundamental importância desde os primeiros anos de funcionamento da instituição. Em 1844, chega a constar, na lista de despesas da casa, um valor correspondente à remuneração de um professor específico para lecionar música. A instituição determina que, além de ensinar música, cabem a esse professor a regência da Banda de Música, composta por instrumentos de sopro e percussão, e a responsabilidade pelos contratos de trabalho da banda. Assim, a partir de 1850, a Banda de Música “[...] tornou-se uma das mais rentáveis fontes de captação de recursos para a Casa e também um meio de angariar reconhecimento e prestígio social, em razão das apresentações que realizava em eventos e locais públicos” (Castro, 2006, p. 1). O sucesso conseguido pela Banda de Música atinge tamanha proporção que a instituição passa a oferecer, a partir de 1854, aulas de instrumentos de cordas.

Todavia, divergências políticas, ocorridas a partir de 1873, indicam o início do declínio da Casa dos Educandos Artífices do Maranhão, o que é corroborado pela lei nº 1.096, de 18 de junho de 1874, que reduz o número de alunos para 100. Diante dessa nova realidade, a instituição vai sendo fragilizada até que, em 13 de dezembro de 1889, no alvorecer da República, o Governo Provisório do Estado decide encerrar suas atividades (Castro, 2006).

A Casa dos Educandos Artífices do Piauí, fundada em 1849, na cidade de Oeiras, adota a Casa de Educandos do Maranhão como modelo de gestão. O currículo da instituição, iniciado com oficinas de marcenaria, ourivesaria, serralheria, alfaiataria e sapataria, ganha o reforço da música em 1850, com alunos que se dedicam a atividades de instrumentos de

sopro e percussão (RPPI, 1850)³. Tão logo a Casa dos Educandos Artífices do Piauí começa a apresentar bons resultados, a instituição é transferida para Teresina, a nova capital do estado (Carvalho, 2013). Na nova sede, o governo passa a incentivar o ensino da música vocal e instrumental aos educandos, adquire instrumentos e contrata professores de música, uma vez que a formação da banda é considerada um investimento com retorno praticamente garantido. Um trecho do relatório da província do Piauí de 1873 mostra quão rentável é a música para a instituição:

[...] as escripturações dos livros diversos relativos as officinas de pedreiro e muzica, que aliás são as mais rendosas, chegam somente aos meses de Setembro de 1871 e Dezembro do mesmo anno, deixando de figurar no livro-caixa o rendimento das mesmas [...] (RPPI, 1873, p.4).

A partir de 1873, em razão de divergências na prestação de contas dos recursos obtidos com a Banda de Música da Casa dos Educandos Artífices do Piauí, a atividade passa a ser objeto de maior controle por parte do governo provincial. Não obstante, as atividades dessa banda fomentam o aparecimento de muitas outras bandas de música no Estado (Ferreira Filho, 2009). Quando a instituição é extinta, a banda de alunos permanece em atividade musical, tocando em eventos oficiais, políticos e religiosos. Em pouco tempo, a antiga Banda de Música da Casa dos Educandos Artífices do Piauí junta-se à companhia de polícia, formando a Banda de Música da Polícia Militar do Piauí.

A Casa de Educandos Artífices de Alagoas é criada pela lei nº 234 de 7 de abril de 1854 e oferece, em seu princípio, o estudo de primeiras letras e de música vocal (RPAL, 1854). Inicialmente, a casa tem capacidade para atender a 40 alunos, com idade entre 7 e 12 anos, porém essa meta é alcançada somente em 1860. Diferentemente do ocorrido no Maranhão e no Piauí, a Casa dos Educandos Artífices de Alagoas vive diversos problemas desde o seu primeiro ano de existência (Silva, 2010). Algumas oficinas profissionais previstas não chegam a se concretizar de forma satisfatória e a falta de recursos financeiros é sentida diretamente pelos educandos. Não obstante, consta que a Casa chega a manter uma

³ O anexo número nove do relatório da província do Piauí de 1850 traz uma lista nominal dos educandos da casa e a relação das atividades desenvolvidas por eles. Nesse documento, vê-se a realização de estudos musicais para corneta de chaves, pífano e tambor (RPPI, 1850, anexo 9).

Banda de Música bastante solicitada para tocar em eventos, principalmente os religiosos. Em 1859, a situação dá sinais de agravamento e, com o aumento das dívidas acumuladas por vários anos, os educandos passam a ser enviados à Companhia de Aprendizes de Marinheiros ou a estabelecimentos comerciais da província para trabalhar como caixeiros. Em 1861, a instituição é extinta pelo Governo da Província.

Em 1856, são fundadas as Casas de Educandos Artífices do Ceará de Sergipe. A instituição cearense é autorizada pela lei provincial nº 754, de 5 de agosto de 1856, porém a data de encerramento de suas atividades não é precisa. Sem muitas informações disponíveis a seu respeito, estima-se que a Casa dos Educandos Artífices do Ceará tenha permanecido em funcionamento por dez anos.

O Colégio dos Educandos Artífices de Sergipe é autorizado pela resolução nº 441, de 31 de agosto de 1856. O colégio admite alunos de ambos os sexos, porém discrimina os conhecimentos a ser ministrados a meninos e meninas. Assim, para os meninos, oferece aulas de desenho linear, ofícios mecânicos, música instrumental e vocal e, para as meninas, aulas de técnicas de costura, bordado e música vocal. Entretanto, tanto Sá Benevides quanto o presidente provincial que o sucedeu não concluem algumas obras essenciais para o funcionamento da instituição (Malta, 2010). Dessa forma, a negligência do poder público não permite uma vida longa ao Colégio dos Educandos Artífices de Sergipe.

O Colégio de Educandos Artífices do Rio Grande do Norte é inaugurado em 1858, sendo a música parte integrante das atividades de seus alunos. Há indícios de que essa instituição tenha enfrentado as mesmas dificuldades das casas de educandos de outras províncias, tais como Alagoas e Sergipe. Portanto, a instituição acaba encerrando suas atividades em 1862, sem atingir resultados expressivos (Gurgel, 2007).

A autorização para a criação do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte ocorre em 1859, mas somente em 1865 é iniciada a construção do prédio. Ainda em condições precárias, o colégio é inaugurado no ano seguinte. A “[...] falta de espaço físico, de matérias primas e de recursos financeiros fizeram com que o ensino de ofício ficasse em segundo plano, dando prioridade, o Collégio, ao ensino de primeiras letras e, principalmente, ao ensino de música” (Lima, 2008, p. 70).

Tal precariedade é uma constante em todo o período de funcionamento da instituição. Por isso, em 1874, o presidente da

província, por entender que o colégio é uma enorme fonte de despesas, assina o ato de fechamento da instituição. Com o fechamento, alguns dos poucos educandos atendidos pela casa são enviados à Companhia de Aprendizes da Marinha, enquanto outros são simplesmente dispensados.

Um fato comum em todas as casas e colégios de educandos artífices criados entre 1840 e 1865 é que os governos provinciais não chegam a assumir totalmente seus gastos. Dessa forma, as instituições buscam arrecadar, por meio de vendas dos produtos fabricados pelos próprios educandos nas oficinas, quantia suficiente para sua manutenção. Assim, o retorno financeiro é o principal motivo da valorização do ensino de música nesses colégios, o que explica o interesse por mantê-lo.

Bandas de Música

As bandas de música participam dos principais acontecimentos cívicos, religiosos e militares brasileiros desde a chegada dos portugueses em terras tupiniquins. Dessa forma, passam a influenciar a formação do músico brasileiro e, com isso, disseminam a prática dos instrumentos que as compõem. A história do Brasil Colônia apresenta, comumente, a organização de bandas com os próprios escravos das fazendas açucareiras. “Tanto na Bahia como em Pernambuco, tinha uma média de mais de 100 engenhos, onde esta prática era trivial” (Moreira, 2007a, p.35). Ainda de acordo com Moreira, no século XVIII, essa prática se dissemina pela região do Recôncavo Baiano, por ser essa região um importante polo de atividade econômica, concentrando um enorme contingente de escravos.

No Brasil imperial, reforçando a importância das bandas de música para a sociedade da época, “[...] em 1811 um Decreto Real mandava que em todo regimento de Infantaria houvesse uma banda de música instrumental paga pela fazenda real” (Holanda Filho, 2010, p.11). Tal decreto, segundo o autor, ratifica que, entre o final do século XIX e o alvorecer do século XX, as bandas começam a proliferar em todas as cidades brasileiras.

Nesse ínterim e com o objetivo de manter bandas de música, começam a surgir sociedades civis que recebem o nome de filarmônicas (Cajazeira, 2004). Tais filarmônicas tornam-se responsáveis pela agenda cultural, pela organização administrativa e pela contratação dos mestres da banda. O cuidado na escolha dos mestres justifica-se, pois estes “[...] eram os principais responsáveis pelos primeiros ensinamentos dos jovens da

época” (Moreira, 2007a, p. 19) e, por conseguinte, pela qualidade musical da banda. Por isso, as filarmônicas se tornam um importante meio de promoção da educação musical, especialmente no interior do Nordeste.

É imprescindível lembrar que, em tempos hodiernos, as bandas ainda tomam sob sua responsabilidade a formação musical de seus integrantes, preenchendo a lacuna deixada pela ausência de escolas de música em muitas dessas cidades. De maneira geral, o perfil dos mestres e regentes de bandas agrega o papel de compositor e arranjador, além de professor dos diversos instrumentos da banda.

Dimana desse enredo o fato de que diversos nomes representativos da música nordestina trabalharam nessa seara e também que muitas filarmônicas surgidas nessa época permanecem em atividade até os dias de hoje. Por exemplo, do município de Cachoeira, na Bahia, citam-se o compositor Manoel Tranquilino Bastos (1850-1935), que deixou um acervo com mais de 700 obras compostas. Em 1878, esse compositor fundou a Filarmônica Minerva Cachoeirana e a Sociedade Cultural Orfeica Lyra Ceciliana (Cazaes, 2012). Outros municípios baianos também possuem suas centenárias filarmônicas ainda em atividade. Por exemplo, em Serrinha, encontra-se a Filarmônica 30 de Junho, fundada em 1896; Jacobina é a casa da Filarmônica 2 de Janeiro, fundada em 1878.

Tal qual ocorre no interior baiano, o sertão pernambucano apresenta algumas bandas seculares que ainda estão em atividade. Como exemplo, mencionam-se a Sociedade Musical Curica e a Banda Musical Saboeira, fundadas, respectivamente, em 1848 e 1849, ambas no município de Goiana; a Banda 22 de Novembro, fundada em 1852 no município de Paudalho; e a Banda 15 de Novembro, fundada em 1888 no município de Aliança (Holanda Filho, 2010). Hoje, Pernambuco conta com mais de 180 bandas espalhadas por quase todos os municípios do estado⁴.

Sergipe também apresenta uma maciça presença das filarmônicas em quase todos os seus municípios (Cruz, 2010). Somando-se a isso, a história de algumas cidades do interior sergipano é marcada por bandas de música, a exemplo da Sociedade Musical Lira Carlos Gomes, fundada em 1879 na cidade de Estância, e da Sociedade Filarmônica Euterpe Japaratusense, fundada em 1900 na cidade de Japarutuba (Santos, 2012).

⁴ Página virtual que disponibiliza um catálogo de bandas musicais de Pernambuco: <https://catalogobandasdemusicape.wordpress.com/municipiosebandas/>.

Porém, é na vila de Itabaiana que, em 1745, por iniciativa do português Francisco da Silva Lobo, surge a Orquestra Sacra com o objetivo de acompanhar os ofícios religiosos. Essa orquestra é considerada o embrião da Filarmônica de Nossa Senhora da Conceição. Antes disso, em 1879, a Orquestra Sacra passa a se chamar Filarmônica Euphrosina e, em 1897, assume seu nome atual (Moreira, 2007a), Filarmônica Nossa Senhora da Conceição, que hoje é um complexo musical que atende a mais de 600 alunos, tanto de Itabaiana quanto de cidades vizinhas.

Embora se saiba que os demais estados nordestinos apresentam uma forte participação de bandas de música centenárias ainda em atividade, considera-se que, com base no panorama descrito, já é possível estabelecer algumas considerações gerais. Via de regra, o nascimento dessas bandas e a conseqüente elaboração de um plano de ensino musical para a formação de seus integrantes é resultado de iniciativa individual ou de um pequeno grupo social.

Música nas escolas oitocentistas e canto orfeônico

Paralelamente ao desenvolvimento das bandas de música, a educação musical nas escolas traça uma trajetória digna de nota. Santos (2012) faz referência às primeiras informações sobre educação musical escolar em Sergipe no período imperial. O pesquisador aponta o registro de um depoimento do Imperador D. Pedro II a respeito de uma visita a escolas na cidade de Laranjeiras, em 1860, no qual este relata que, depois da visita, foi recebido pelos alunos com a execução de um hino religioso em francês. Há, também, o registro da disciplina de Música nos currículos da Escola Americana de Laranjeiras em 1886 e nos do Colégio Inglês, na capital.

Pelo exposto, percebe-se que a presença da Música no currículo das escolas nordestinas começa a ocorrer a partir de meados do século XIX. No Piauí, por exemplo, registros de aulas de música podem ser encontrados no Colégio Nossa Senhora das Dores, em Teresina, de 1882 a 1889; Colégio Jugurtiano, em 1887; Ateneu Piauiense, em 1903; Escola Normal Oficial, 1910; Colégio Portella Parente, 1911 (Ferreira Filho, 2009). Outrossim, segundo Camacho (2012), no município paraibano de Alagoa Grande, encontram-se registros de atividades de uma escola de música em 1908, sobre a qual afirma ter encontrado poucas informações. Essa mesma pesquisadora destaca a existência do Colégio Nossa Senhora do Rosário, fundado em 1919 e dirigido pelas irmãs Doroteias, como outro

estabelecimento de ensino que oferecia Música no currículo. Dessa forma, ainda com cunho religioso e elitista, a Música passa, paulatinamente, a ocupar um espaço cada vez maior nas escolas nordestinas.

Nos anos 30 do século XX, com o advento do Estado Novo, a disciplina Canto Orfeônico torna-se obrigatória e alguns estados do Nordeste desenvolvem de forma mais expressiva esse programa de educação musical oficial. A forte conotação político-ideológica e os principais problemas enfrentados por essa proposta de educação musical são temas de discussão de diversos pesquisadores (Goldenberg, 1997; Lemos Júnior, 2012)⁵. Aqui, são citados os exemplos de Pernambuco e Sergipe.

O canto orfeônico chega a Pernambuco ainda na década de 1930. Fabiano Rodriguez Lozano (1884-1965), músico italiano naturalizado brasileiro que desenvolvia um trabalho com canto orfeônico em Piracicaba desde 1914, é designado para reformar o ensino de música e canto coral nas escolas públicas do estado. Assim que chega a Pernambuco, Lozano forma, no Recife, um orfeão infantil e um orfeão normalista. Apesar de ter permanecido pouco tempo na função, consta que, em 7 de setembro de 1930, realizou apresentações orfeônicas na cidade, reunindo centenas de coralistas (Gilioli, 2008). Após sua partida, Ceição de Barros Barreto assume a função de coordenar o canto orfeônico no Recife e publica, em 1938, um manual didático intitulado *Côro Orfeão*.

Quando o estado de Sergipe adota as orientações do Governo em 1934, a Escola Normal de Aracaju é a primeira a fazer a inclusão do Canto Orfeônico. Ressalta-se o fato de Sergipe ser o segundo no Brasil, logo após a capital federal, a instituir essa atividade. Em vista disso, o movimento orfeônico sergipano desenvolveu-se intensamente seguindo o modelo nacional. O Maestro Vieira Brandão, um dos principais colaboradores de Villa-Lobos na implantação do Canto Orfeônico nas escolas brasileiras, passa a ser seu braço forte em Sergipe em 1936. Cabe a Vieira Brandão a tarefa de implantar e organizar a prática do Canto Orfeônico nas escolas públicas de Aracaju, o que ocorre ainda em 1936, e ministrar um curso de aperfeiçoamento para professores das escolas

⁵ Quadros Júnior e Quiles oferecem uma discussão sobre a legislação que disciplina a presença da música nas escolas entre os anos de 1854 e 1961, com especial ênfase nas normativas acerca do canto orfeônico (Quadros Júnior&Quiles, 2012).

públicas. A partir de então, as ações governamentais passam, entre 1936 e 1938, tanto a incentivar o crescimento do ensino de música nas escolas, quanto a aumentar a oferta de cursos de aperfeiçoamento em Pedagogia da Música e em Canto Orfeônico. Não é surpreendente que, no ano de 1940, a cidade de Aracaju já contabilize os Orfeões Geral, Artístico, Sergipense, Misto Villa-Lobos e da Força Policial.

Em 1945, o maestro Genaro Plech, pianista e também amigo de Villa-Lobos, funda o Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe (IMCOSE), ligado ao Departamento de Educação do Estado e com sede na Escola Normal. O objetivo do instituto é “[...] preparar e diplomar em curso especializado o professorado de música e Canto Orfeônico imprescindível às necessidades da instituição pública local” (Santos, 2004, p. 2). Assim como diversas outras instituições de ensino de música dessa época, a criação do IMCOSE faz parte do projeto nacionalista do Presidente Getúlio Vargas, por meio do qual a música é inserida nas escolas públicas, sendo utilizada como instrumento ideológico no desenvolvimento do patriotismo e do sentimento cívico.

Escolas, Conservatórios e Cursos Técnicos de Música

Escolas e conservatórios de música, sejam eles públicos ou privados, surgem no Nordeste em um recorte temporal iniciado no final do século XIX que se estende até o final do século XX. Tal qual ocorreu com a Casa dos Educandos Artífices, a Bahia é pioneira no assunto. Nesse contexto, a ação do compositor, poeta e professor Domingos da Rocha Mussurunga é determinante para o desenvolvimento musical da Bahia: é ele quem idealiza o projeto de criação de um Conservatório de Música, apresentado à Assembleia Provincial em 1846, ou seja, somente cinco anos após a fundação do Conservatório de Música do Rio de Janeiro. Essa cronologia comprova a influência dessa instituição de ensino na criação de outras instituições semelhantes no Nordeste Brasileiro.

Porém, o ideal de Mussurunga concretiza-se somente em 1897, quando finalmente é fundado o Conservatório de Música da Bahia, posteriormente transformado em Instituto de Música da Bahia e hoje é o Instituto de Música da Universidade Católica de Salvador. Essa é a segunda escola de música oficial do Brasil que, “[...] depois de passar por inúmeras dificuldades a ponto de, por muitas vezes, cogitar-se a sua extinção, milagrosamente consegue realizar seu primeiro centenário” (Perrone & Cruz, 1997, p. 4). Durante o transcorrer do século XX, o

Instituto de Música da Bahia passa a ter importância significativa no panorama musical de Salvador, pois os músicos ali formados tornam-se responsáveis pela criação de outras escolas, conservatórios e centros de formação musical que fazem parte da história do ensino de música da cidade.

O Conservatório Pernambucano de Música é fundado em 17 de julho de 1930. Sua criação é resultado dos esforços de um grupo de músicos liderados pelo professor e maestro Ernani Braga, cujo projeto é abraçado pelo deputado Arruda Falcão. O primeiro estatuto da instituição apresenta como objetivos formar o orfeão e a orquestra do conservatório, criar uma biblioteca e um museu de música. A orientação é “difundir o ensino teórico e prático da música, acessível a todas as classes sociais” (Conservatório Pernambucano de Música, 2016), de forma que, pela primeira vez, percebe-se um caráter democratizador do ensino de música na história do estado.

Um segundo estatuto, aprovado após sete anos de funcionamento do Conservatório, determina que o ensino de música seja feito mediante orientações advindas do Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro. Trata-se do período da Intervenção Federal em Pernambuco, o que cria uma espécie de correspondência curricular entre os cursos das duas instituições. Em 1941, o Conservatório é transformado em autarquia administrativa e, nesse mesmo ano, cumpre-se a formação da Orquestra Sinfônica do Recife, objetivo previsto desde o primeiro estatuto do Conservatório.

Em 1968, o Conservatório recebe nova regulamentação, que altera sua estrutura administrativa e também amplia seus objetivos pedagógicos. Por meio do Decreto nº 1490 (Ferreira, 2014), o governo do estado aprova uma série de medidas que visam a “[...] incrementação do bom gosto musical e a difusão e popularização do ensino teórico e prático da música, nos níveis elementar e médio, para todas as classes sociais”. O novo regulamento prevê a criação dos cursos de iniciação musical, ginástica rítmica e instrumentos (flauta, oboé, clarinete, fagote, trompa, trompete, trombone e percussão), um quarteto de cordas, um coral estadual e uma banda de música infanto-juvenil. Além disso, inclui a realização de concursos regionais e nacionais de música erudita e popular.

Atualmente, o Conservatório Pernambucano de Música é vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do Estado. Entre os anos de 1989 a 1997, para se adequar aos desafios impostos pelas demandas sociais ao

ensino de música no estado, além de se ajustar ao Ensino Profissionalizante de Música e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a instituição passa por reformas administrativas e pedagógicas. Atualmente, os cursos de instrumentos são oferecidos em 23 modalidades, além do canto erudito, e o conservatório possui 95 professores que atendem a 1.250 alunos⁶.

Paralelamente à criação do Conservatório Pernambucano de Música, a Paraíba vê o esforço do maestro Gazzi de Sá na criação de uma escola de música no estado. O contexto político é favorável ao intento. No início dos anos 30, Gazzi de Sá nutre relações pessoais próximas com Villa-Lobos e com Anthenor Navarro, interventor federal nomeado para governar a Paraíba. Além da relação de amizade com Gazzi de Sá, Anthenor Navarro é um grande incentivador das artes. Dessa forma, o interventor cede, em 1931, uma casa para o funcionamento da escola. Todavia, Navarro falece logo após, num acidente aéreo e, em sua homenagem, a escola passa a se chamar Escola de Música Anthenor Navarro (EMAN).

Após a morte de seu patrono político, a história da EMAN passa por uma série de dificuldades relativas ao espaço físico, principal entrave para o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas durante muitos anos. Em 1983, após sucessivas mudanças de endereço, é instalada no Espaço Cultural José Lins do Rêgo, onde permanece até hoje, mas ainda com problemas relativos às acomodações (Galvão, 2011). Politicamente, pertence ao estado e está vinculada à Secretaria de Educação, mas precisa cobrar dos alunos uma taxa de matrícula mínima para garantir a manutenção de serviços básicos e pagar alguns professores contratados, pois o quadro docente é insuficiente para atender à demanda da comunidade (Silva, 2006). Mesmo com essas adversidades, a escola oferece, além do curso de canto, quase todos os instrumentos de orquestra. Os cursos têm a duração média de 6 anos, divididos em 12 semestres letivos, e os alunos recebem aulas práticas e teóricas, incluindo História da Música e Harmonia.

Algumas iniciativas voltadas para a fundação e a manutenção de escolas de música no Ceará datam do início do século XX. Em 1919, o maestro Henrique Jorge funda a Escola de Música Alberto Nepomuceno, a primeira do Ceará, que, no entanto, fecha suas portas com o falecimento

⁶ Informações extraídas do site da instituição:
<http://www.conservatorio.pe.gov.br/instituicao.html>.

do maestro em 1928. Nesse mesmo ano, há o registro da criação da Escola de Música Carlos Gomes, fundada em Fortaleza por iniciativa dos maestros Edgar Nunes Freire e Luigi Smido. São poucas as informações sobre essa escola, mas sabe-se que ela esteve ativa por mais ou menos 30 anos. Não obstante o malogro dessas primeiras iniciativas, o Conservatório de Música Alberto Nepomuceno (CMAN) e a Escola de Música Luiz Assunção são duas instituições fundamentais no desenvolvimento do ensino de música do Ceará.

Paurillo Barroso, pianista erudito e compositor cearense, funda o CMAN em 1938. O trabalho de gestão inicial, fincado sob os auspícios da tradição erudita europeia, perdura até a chegada de Orlando Leite, músico licenciado pelo Conservatório Nacional de Canto Orfeônico (CNCO/RJ), onde estudou com Villa-Lobos. Em 1958, Leite torna-se diretor do CMAN e opera mudanças na estrutura curricular do conservatório, que passa a ser escola de 1º e 2º graus, com o objetivo de preparar alunos para um futuro curso superior de música.

A partir de então, o CMAN passa a receber o apoio da Universidade Federal do Ceará (UFC) para a obtenção do reconhecimento, pelo Conselho Federal de Educação, dos Cursos Fundamentais de Instrumento. Além disso, propõe a criação do Curso Médio de Canto Coral e do Curso Superior de Música. Dessa forma, o CMAN estabelece profícua parceria com o primeiro reitor da UFC, de tal forma que, em 1965, o conservatório passa a funcionar, com recursos federais, em um prédio cedido pela universidade. Entretanto, o processo de incorporação do CMAN pela UFC foi interrompido em 1968 em decorrência do afastamento do reitor e demissão de Orlando Leite. Posteriormente, a Universidade Estadual do Ceará absorve o Curso Superior de Música proposto pelo CMAN.

Desde que deixou de contar com o apoio da UFC, o CMAN tem enfrentado uma série de problemas relacionados a infraestrutura, falta de recursos materiais e pagamento dos professores. Como agravante dessa situação, a UFC e o CMAN enfrentam uma batalha judicial, na qual a Universidade Federal solicita a reintegração de posse do edifício utilizado pelo conservatório⁷. Mesmo nessas condições, o CMAN possui,

⁷ Notícia divulgada em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/audios/tribuna-band-news-fm/conservatorio-alberto-nepomuceno-pode-fechar-as-portas-devido-a-disputa-judicial/>.

atualmente, 50 professores e atende a 400 alunos, entre crianças, jovens e adultos.

A história da Escola de Música Luiz Assunção remonta ao ano de 1950, com a fundação da Sociedade Musical Henrique Jorge. Essa sociedade, fundada para manter a Orquestra Sinfônica de mesmo nome, obtém subvenção federal em virtude do interesse demonstrado pelo governador Paulo Sarasate de fazer progredir a instituição que leva o nome de seu pai, o maestro Henrique Jorge. Dessa forma, a escola adquire um imóvel, um casarão construído em 1875, e os instrumentos da orquestra, todos importados da Alemanha. Todavia, com a morte de Sarasate em 1968, então senador, tal sociedade vai perdendo o auxílio pecuniário federal e, assim, suas dificuldades aumentam progressivamente. Com tal situação de adversidade, a sociedade e, por conseguinte, a orquestra resistem somente até o ano de 1979, quando a falta de subsídios e a precariedade do imóvel levam as duas entidades a encerrar suas atividades.

A partir de então, o prédio passa alguns anos em total abandono, chegando a ser ocupado por indigentes. O cenário começa a mudar em 1982, quando Jairo Castelo Branco assume, por iniciativa própria, a direção da instituição. Uma das providências tomadas pelo novo diretor é a substituição de seu nome por Escola de Música Luiz Assunção, em homenagem ao músico e poeta maranhense radicado em Fortaleza. Atualmente, a instituição oferece aulas de violão (erudito e popular), violino, bandolim, cavaquinho, guitarra, piano, teclado, bateria e canto. Entretanto, apesar da recente aprovação do tombamento do prédio da escola pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, os problemas com a estrutura física permanecem e não há previsão de reforma.

O Conservatório de Música de Sergipe (CMS) origina-se do Instituto de Música e Canto Orfeônico de Sergipe (IMCOSE), sendo a única instituição pública em Sergipe que oferece formação musical de nível médio. Todavia, os problemas enfrentados por outras instituições do Nordeste encontram ressonância no CMS. Uma evidência disso é que o primeiro concurso público para professor da instituição foi realizado somente em 2004, quando o CMS estava prestes a completar 60 anos de existência (Moreira, 2007b). Santos aponta que a situação do CMS é “[...] uma prova da falta de políticas públicas e de um olhar cultural abrangente das autoridades” (2004, p. 7). Dessa forma, para atender a 1.120 alunos, o CMS dispõe de 8 salas para aulas teóricas e 14 salas para aulas práticas, com um quadro de 28 professores.

Por meio do Decreto Lei nº 5.267, de 21 de Janeiro de 1974 (Ferreira, 2014), é criada a Escola de Música do Estado do Maranhão (EMEM). Não obstante as benesses da iniciativa legal, os primeiros quinze anos de seu funcionamento mostram a instabilidade da composição de seu corpo docente e as dificuldades de adaptação da escola às estruturas físicas oferecidas. Os contratos voláteis e os constantes atrasos no pagamento dos salários dificultam a fixação de um grupo de professores; ao mesmo tempo, os casarões coloniais alugados pelo governo do estado não oferecem as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Todavia, em 1989, com a promulgação da Constituição do Estado do Maranhão, com base em seu artigo quinto, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, são efetivados os dezoito professores da escola em atividade naquele momento (Maranhão, 2014, p. 105). Nos anos de 1992 e 2002, foram realizados os dois únicos concursos públicos, por meio dos quais, a EMEM pode contar hoje com um quadro de quarenta e cinco professores e oferecer os cursos de musicalização infantil e de instrumentos para 19 modalidades⁸. Apesar da reconhecida qualificação de seu corpo docente atual, permanecem problemas relacionados à estrutura física, a tal ponto que a escola chega a ser interdita pela Defesa Civil e, por isso, fica fechada por mais de um ano (Ferreira, 2014).

Após o funcionamento de uma sucursal particular do Conservatório Brasileiro de Música em Alagoas entre os anos de 1956 e 1973, é fundado, em 1982, o Centro de Belas Artes de Alagoas (CENARTE), ligado à Secretaria de Cultura do Estado. Além disso, Alagoas recebe, em 2006, a Escola Técnica de Artes (ETA), que logo estabelece uma parceria com os cursos de graduação em Música, Arte Dramática, Dança, Artes Visuais e Produção de Moda da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Dessa forma, Alagoas é um dos estados nordestinos que mais tardam em tomar a iniciativa de oferecer gratuitamente cursos de música em nível técnico à sua população.

No Rio Grande do Norte, o Conservatório de Música D'Alva Stella Nogueira Freire inicia suas atividades em 1989. Por meio de um projeto de extensão em parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), oferece cursos de música na região do alto-oeste potiguar.

⁸ Os resultados desses concursos estão publicados no Diário Oficial do Estado do Maranhão (DOEMA, 1992, p. 12, 2002, p. 48-49).

Tal instituição ocupa um importante espaço na educação musical da região e, oferecendo aulas coletivas e individuais, prepara alunos para o ingresso em bandas, grupos instrumentais diversos e cursos superiores de música.

A Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMUFRN) também possui cursos formativos em nível técnico⁹. Nesse nível, são oferecidas 26 modalidades instrumentais. Além disso, a EMUFRN desenvolve um projeto de extensão por meio de um convênio firmado com a Prefeitura do Município de Macaíba. Por conseguinte, em 2006, é fundada a Escola de Música Municipal de Macaíba, que desenvolve um trabalho de formação musical e de plateia na cidade e atende a 400 alunos em diversas modalidades instrumentais.

A Escola de Música de Teresina (EMT) é fundada em 1981, após algumas tentativas de estabelecimento de uma instituição particular de ensino de música no Piauí entre os anos de 1960 e 1980. O maestro Reginaldo Vilar de Carvalho, fundador e primeiro diretor da EMT, consegue que a instituição seja mantida pela Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC), um órgão do governo do estado. Hoje, mediante uma parceria com a Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEDUC), a EMT funciona nas dependências da Central de Artesanato Mestre Dezinho. Atualmente, possui um corpo docente de 50 professores, um corpo técnico de 18 funcionários e atende a 900 alunos, entre crianças, jovens, adultos e idosos. A escola pratica uma política de inclusão social, concedendo bolsas de estudo para alunos da rede pública estadual de ensino, pessoas da terceira idade e alunos portadores de necessidades especiais. São oferecidos cursos de musicalização infantil, iniciação à música por meio de flauta, violão ou teclado, cursos livres e cursos especiais (música na terceira idade, grupo de percussão e coral) e 20 modalidades instrumentais¹⁰.

Além disso, o estado do Piauí vê o nascimento, em 2002, da Escola de Música Adalgisa Paiva (EMAP). Criada com o objetivo de formar músicos profissionais em sintonia com as necessidades do mercado de trabalho, a escola conta com um convênio firmado entre a Universidade Federal do Piauí e a Prefeitura de Teresina. Seu projeto é abraçado pelo

⁹ Informações obtidas no site da instituição:
<http://www.musica.ufrn.br:8080/emufrn/cursos/tecnico>.

¹⁰ A EMT não possui, até o momento, um site próprio. O contato com a escola é feito por meio da FUNDAC. O site da FUNDAC é:
http://www.fundac.pi.gov.br/nossas_casas.php.

senador Alberto Silva, que destina uma verba pública em apoio à manutenção da EMAP. Assim, a EMAP passa a abrir inscrições para novos alunos e, anualmente, oferece cursos de música com duração de um ano e meio nas categorias iniciante ou básico e profissional. Os cursos oferecidos funcionam como cursos de extensão da UFPI e têm como objetivo preparar alunos para o ingresso no curso de graduação em música. Todavia, em 2011, a EMAP passa por uma crise gerada pelo rompimento do convênio com a prefeitura de Teresina. Sem o repasse de verbas destinado ao pagamento dos professores, atrasado por seis meses, a escola fecha suas portas.

A partir do ano 2000, alguns institutos federais de ciência e tecnologia começam a oferecer cursos técnicos em música e, por conseguinte, passam a contribuir para o papel pedagógico desempenhado pelos conservatórios estaduais. Nessa condição, estão o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará, que institui o curso de Técnico em Instrumento Musical (IFCE, 2012), o Instituto Federal da Paraíba, que oferece o Curso Técnico em Instrumento Musical nos campi de João Pessoa (IFPB, 2008) e Monteiro (IFPB, 2010), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, que começa a oferecer o Curso Técnico em Instrumento Musical no Campus de Barreiros (IFPE, 2013) e o curso superior de Licenciatura em Música Popular Brasileira no Campus de Belo Jardim (IFPE, 2011), além do Instituto Federal de Educação Tecnológica do Piauí, que oferece o Curso Técnico em Instrumento Musical, no Campus Teresina Central (IFPI, 2012). Percebe-se que os institutos federais têm possibilitado uma maior interiorização da oferta desses cursos.

Cursos Superiores de Música

A criação dos cursos superiores de música no Nordeste inicia-se na segunda metade do século XX e se estende até primeira década deste século. Novamente, a Bahia mostra sua força política e é pioneira no assunto. As décadas de 1940 e 1950 entram para a história pelas grandes transformações que ocorrem no cenário cultural baiano de então e demarcam um momento em que um ideal de modernização passa a nortear várias ações sociais, inclusive na política do estado. Nesse período, que chega a ser denominado como ‘a renascença baiana’ (Silva, 2013), muitos intelectuais europeus chegam à Bahia, fugindo do pós-guerra. Em meio a esse turbilhão, figuras marcantes passam a influenciar sobremaneira os

eventos, que são fomentados nas principais cidades do Estado, repercutindo em todo o Brasil. A Universidade da Bahia é fundada por Edgard Santos nesse contexto de efervescência cultural e, sob sua direção, a instituição passa a fazer parte de um projeto de inserção do estado em uma posição de destaque no cenário nacional, elegendo a cultura como ferramenta fundamental para atingir essa meta.

Assim, em 1953, Hans-Joaquim Koellreutter, músico alemão radicado no Brasil, passa por Salvador proferindo palestras sobre estética musical. A convite do reitor Edgard Santos, Koellreutter funda, no ano seguinte, um projeto de extensão denominado Seminários Livres de Música da Universidade Federal da Bahia (UFBA)¹¹. O projeto, considerado inovador, perdura de 1954 a 1962 e alcança uma ampla escala de resultados, congregando uma parcela significativa de profissionais de música que começam a ter destaque nacional e internacional. O impacto imediato dos Seminários de Música é a criação da Escola de Música da Universidade Federal da Bahia (EMUS-UFBA). A partir de então, a Bahia passa a atrair ainda mais músicos estrangeiros de diversos países da Europa e vai, progressivamente, se consolidando no cenário pedagógico-musical como um respeitado centro de formação em música. Em consequência, o curso de Licenciatura em Música da UFBA é criado no ano de 1958¹² e a pós-graduação surge na década de 1990, com o mestrado; o doutorado tem início em 1997¹³.

Na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), os primeiros cursos superiores em música são criados em 1957, na modalidade de bacharelado, cujas atividades são desenvolvidas na Escola de Belas Artes. A Licenciatura em Música é criada em 1972, obtendo reconhecimento por meio do Decreto nº 82.167 (Brasil, 1978)¹⁴. Atualmente, o Departamento de Música está ligado ao Centro de Artes e Comunicação e oferece os

¹¹ Reflexões sobre o trabalho desenvolvido por Koellreutter podem ser encontradas em Brito (2015).

¹² Reconhecido pelo Decreto nº 43.804 de 23/05/1958 (UFBA, 1958).

¹³ As informações sobre datas foram obtidas no sítio eletrônico do referido programa de pós-graduação:

<http://www2.ppgmus.ufba.br/apresentacao/historico>

¹⁴ As informações sobre datas e número do decreto foram obtidas no sítio eletrônico da instituição:

https://www.ufpe.br/musica/index.php?option=com_content&view=article&id=384&Itemid=309

seguintes cursos: Bacharelado em Canto ou Instrumento, Licenciatura em Música e Especialização em Pedagogia do Instrumento, realizado em parceria com as Universidades Federais de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

Na década de 1960, é criado, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o Setor de Artes, que passa a oferecer cursos livres de música, teatro e artes plásticas, semelhantes aos implantados na Universidade Federal da Bahia (UFBA) alguns anos antes. A partir do final dos anos 1960, a UFPB começa a receber diversos professores de fora do estado, inclusive estrangeiros, para compor seu corpo docente e, paulatinamente, passa a ser o principal centro de formação de profissionais de música do estado. Nessa época, na gestão do reitor Linaldo Cavalcanti, fazem-se investimentos para a construção de instalações adequadas ao funcionamento da Escola de Música da UFPB. Em 1975, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 5.692/71 (Brasil, 1971), é criada a Licenciatura em Educação Artística, sendo a Música uma de suas habilitações. Não obstante o caráter polivalente da referida LDB, em 1979, é criado o Bacharelado em Música¹⁵.

Somente em 2005, a Licenciatura em Música substitui a Habilitação em Música da Licenciatura em Educação Artística, conforme instrução contida na LDB nº 9.394/96 (Brasil, 1996). Atualmente, na UFPB, é oferecido o Bacharelado nas áreas de Composição, Práticas Interpretativas (Instrumento ou Canto) e Regência, e, na Licenciatura em Música, são oferecidas as seguintes habilitações: Práticas Interpretativas (Instrumento ou Canto) e Educação Musical. Hoje, os cursos de Música da UFPB estão incorporados ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Em 2004, o Departamento de Música da UFPB abre a segunda Pós-Graduação em Música do Nordeste, com as seguintes áreas de concentração: Práticas Interpretativas, Musicologia, Composição e Etnomusicologia. O Doutorado em Música passa a ser oferecido em 2013.

A Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMUFRN) é criada em 1962 e sua história mostra que há um percurso de adaptações da universidade para acomodar as atividades da escola. Assim, em 1968, a EMUFRN é integrada ao Instituto de Letras e

¹⁵ Para uma discussão sobre o ensino da arte previsto na LDB nº 5.692/71 ver Subtil (2012).

Artes, depois ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e, por fim, em 1991, muda-se para sua nova sede, no Campus Universitário.

Embora o Bacharelado em Canto da EMUFRN remonte à década de 1960, os demais cursos de música tardam a aparecer. O Bacharelado em Instrumento data de 1999 e a licenciatura é criada em 2004. Posteriormente, a EMUFRN passa a oferecer as seguintes especializações: Educação Musical na Educação Básica e Práticas Interpretativas dos séculos XX e XXI. Além disso, a EMUFRN desenvolve um programa de Extensão abrangente, por meio do qual são oferecidos os cursos: Básico, Musicalização Infantil e Iniciação Artística¹⁶.

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) é fundada em 1971, mas ainda sem um curso de formação em Artes. Para suprir a carência de profissionais da área, entre 1973 e 1974, o Governo do Piauí cria o Centro de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares (CEPI), cujo objetivo é a formação artístico-musical dos professores da rede pública de ensino. Dirigido pelo maestro Reginaldo Vilar de Carvalho, o CEPI é a única possibilidade de formação de professores de Arte no Piauí até 1977. O trabalho desenvolvido pela instituição é voltado para uma linguagem musical contemporânea e as atividades são desenvolvidas em oficinas e laboratórios de experiências sonoras, evitando o ensino tradicional de instrumentos musicais. Para a realização desse projeto, o diretor monta uma equipe de trabalho com artistas e professores de fora, dentre os quais se destaca o pianista e compositor Emílio Terraza. Porém, em 1980, o CEPI é extinto por questões políticas com a Secretaria de Educação e Cultura. Hoje a instituição é considerada o embrião do Curso Superior de Música da UFPI.

“O ensino de Música na UFPI surgiu, na verdade, de uma motivação pessoal de José Emílio Terraza, um dos professores do CEPI” (Ferreira Filho, 2009, p. 157). As experiências das Oficinas Criativas, de 1975, e dos Cursos Livres de Música, oferecidos em caráter de extensão pelo Setor de Artes da UFPI, começam a gerar um campo fértil para a criação da graduação. Então, o projeto passa a ser construído por um grupo de professores e, em 1976, é criada a Licenciatura Curta em Música. Logo no ano seguinte, o curso se transforma em Licenciatura Plena em Educação

¹⁶ As informações sobre datas e cursos oferecidos foram obtidas no sítio eletrônico da instituição:

<http://www.musica.ufpi.br:8080/emufrn/institucional/historico>.

Artística (CLPEA), com habilidades em Música, Artes Plásticas e Desenho. Desde então, o CLPEA vem desenvolvendo um trabalho constante de extensão junto à comunidade, por meio de projetos e grupos musicais com atuação permanente, além dos cursos de Especialização em Musicologia Brasileira, em Educação Musical e em Musicoterapia. Porém, somente em 2011, o CLPEA passa por uma reformulação curricular para se adequar à LDB nº 9.394/96 e, assim, são instituídas as Licenciaturas em Artes Cênicas, Artes Visuais e Música (UFPI, 2011).

O projeto político-pedagógico do curso de Música da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) mostra que os cursos de Bacharelado em Canto e Licenciatura em Música são instituídos pela Resolução 04/08/88, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Em 2006, os currículos de ambos os cursos são ajustados conforme as recomendações estabelecidas na LDB nº 9.394/96 (UFAL, 2006).

A Universidade Federal do Ceará (UFC) é criada em 1954 e, nessa mesma década, inicia-se o debate interno sobre a criação do Curso Superior de Música (Silva, 2008). Embora todas as condições se mostrassem favoráveis a essa criação, o debate se arrasta por décadas e, apenas a partir de 2003, resulta na aprovação tardia do projeto. É surpreendente notar que, entre as primeiras discussões e sua efetivação, passaram-se 75 anos. Assim, o Curso de Licenciatura em Música da UFC inicia suas atividades em 2006, vinculado ao Instituto de Cultura e Arte (ICA) e funcionando nos campi de Fortaleza, Cariri (desde 2011) e Sobral (desde 2012).

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) funda, na década de 1970, seu Departamento de Artes (DEART). Esse departamento passa a gerir o curso de Licenciatura em Educação Artística, com habilitações em Desenho, Artes Plásticas e Artes Cênicas, sob os auspícios da LDB nº 5.692/71. Apesar das orientações advindas da LDB nº 9.394/96, o DEART só propõe um curso de Licenciatura em Música onze anos após sua promulgação. Assim, embora a UFMA tenha um histórico atuante na promoção de eventos musicais, como o Festival Maranhense de Coros (FEMACO), o Curso de Graduação em Música é oferecido somente a partir de 2007. Nesse mesmo ano, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) passa a oferecer seu curso de Licenciatura em Música.

Já sob os auspícios da lei 11.769/08, que trata a música como conteúdo obrigatório do ensino de arte (Brasil, 2008), a UFMA começa a oferecer, a partir de 2011, o Curso de Linguagens e Códigos, com a

possibilidade de habilitação em Música. A proposta desse curso está em consonância com os bacharelados interdisciplinares atualmente em voga entre alguns gestores educacionais e defendido pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, por meio do Decreto nº 6.096/2007 (Brasil, 2007).

A partir de 2011, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) passa a oferecer o Curso de Música nas modalidades de licenciatura e bacharelado (UFCG, 2008). Dessa forma, a UFCG é, ao lado da UFC e da UFMA, uma das poucas universidades federais que oferecem cursos de música fora dos limites geográficos das regiões metropolitanas que circundam as capitais nordestinas.

Sob gestão estadual há os cursos de música oferecidos pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Essas universidades contribuem com algo em torno de 200 vagas anuais para graduandos em música e desempenham importante papel na descentralização desse ensino, pois os campi da UERN e da UEFS estão localizados em Mossoró e Feira de Santana, respectivamente.

Considerações Finais

Percebe-se que, no Brasil Império, o ensino de música é construído sob os auspícios de interesses particulares ou financeiros. Assim, o ensino de música oferecido nas filarmônicas é orientado por interesses militares ou pelos interesses de um pequeno grupo da sociedade civil; por sua vez, o ensino de música realizado nas casas dos educandos artífices é reflexo do retorno financeiro que os grupos musicais formados oferecem a essas instituições. Ou seja, o Brasil não proporciona um amplo ensino de música até o advento da República, quando ocorre a implementação do Canto Orfeônico e o início da propagação dos conservatórios de música.

Todavia, o Canto Orfeônico, proposta de educação musical enlevada pelo discurso ideológico de apelo fascista, enfrenta uma série de dificuldades relacionadas tanto à falta de profissionais capacitados, quanto à distância em que a região nordestina está do Rio de Janeiro, capital federal à época. Esses problemas fazem com que essa proposta não obtenha bons resultados na região.

Os conservatórios de música, por sua vez, têm dependido, para funcionar com as condições mínimas necessárias, da sensibilidade por educação musical por parte dos governos de seus respectivos estados, o que resulta em certa instabilidade a cada nova gestão. Por isso, o aparecimento de cursos técnicos em música nos institutos federais de educação tem prestado grande contribuição ao importante papel desempenhado pelos conservatórios.

Mais recentemente, as universidades nordestinas têm empreendido esforços para atenuar essa lacuna histórica que o ensino de música apresenta na região, muito embora as próprias universidades apresentem características bem diferentes entre si. Nesse contexto com características díspares, são oferecidas mais de 700 vagas anuais para estudantes que pleiteiam uma chance de cursar música na graduação, das quais mais de 500 são para licenciatura, restando algumas possibilidades para os cursos de pós-graduação na área.

Todavia, essas respostas oferecidas pelas universidades ainda são tímidas diante da demanda imposta pelas orientações legais do Governo Federal. Em suma, a LDB 9.304/96 levou uma década para ser atendida e os objetivos da Lei 11.769/08 ainda não estão satisfatoriamente contemplados.

Nesse sentido, uma possível leitura do quadro atual da Educação Musical no Nordeste Brasileiro é a de que a interiorização e o fortalecimento dos cursos de música em nível médio podem tanto manter as tradições musicais locais, quanto fomentar as diversas modalidades de cursos superiores em música.

Nessa mesma linha de pensamento, a ampliação e a interiorização da oferta de vagas para os cursos superiores em música correspondem a uma demanda necessária para um completo atendimento dos dispositivos legais. A Lei 11.769/08 estabeleceu que, em 2011, todas as escolas da educação básica deveriam estar adaptadas para oferecer conteúdo musical em seus currículos, mas dados do censo da educação de 2015 mostram que há quase duzentas mil delas para ser atendidas em todo o Brasil (2015). Percebe-se que esse mecanismo legal não oportunizou condições para o atendimento de suas imposições e não estabeleceu punições para aqueles gestores que não observarem suas orientações. Por isso, a realidade mostra que, mesmo quatro anos depois de findo o prazo estabelecido, está muito longe o pleno atendimento dessa lei. É preciso que o Nordeste, região que apresenta um rico e pulsante movimento musical, não cometa os mesmos

equivocos do passado e ofereça um amplo e irrestrito ensino de música para, assim, contribuir para a plena formação do indivíduo que está embebido pela cultura da região.

Referências

- Amaral, S. P. (2001). *O canto lírico no Maranhão: descontinuidade de uma arte não consolidada* (Monografia de Graduação em Educação Artística). Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
- Amato, R. C. F. (2012). *Escola e educação musical: (des)caminhos históricos e horizontes*. Campinas, SP: Papirus.
- Brito, T. A. (2015). Hans-Joachim Koellreutter: músico e educador musical menor. *Revista da ABEM*, 23(35), 11-23.
- Cajazeira, R. C. S. (2004). *Educação continuada à distância para músicos da Filarmônica Minerva – gestão e curso batuta* (Tese de Doutorado em Educação Musical). Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Camacho, V. C. G. (2012). Júlia Nóbrega: história da vida de uma professora de piano. In *Anais do 9º Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre História, Sociedade e Educação no Brasil* (p. 551-572). João Pessoa, PA.
- Carvalho, G. M. R. (2013). *Construtores e aprendizes: cativos da nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850-1873)*. Porto Alegre: FCM.
- Castro, C. A. (2006). *A educação da infância desvalida no Maranhão oitocentista: a Casa de Educandos Artífices*. In *4º Congresso Brasileiro de História da Educação* (p. 1-11). Goiânia, GO. Recuperado de <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-e-co-autorais-eixo02.htm>
- Cazaes, M. E. M. (2012). *Minerva Cachoeirana: um estudo histórico sobre a Filarmônica da cidade de Cachoeira (1964-1969)*. In *3º EBECULT – Encontro Baiano de Estudos em Cultura*. Cachoeira, BA. Acessado em: <http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/>

Conservatório Pernambucano de Música. (2016). Acessado em: <http://www.conservatorio.pe.gov.br/historico.html>

Costa, W. R. (2013). Instruir e trabalhar: a sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco e o Liceu de Artes e Ofícios (1841-1880). *Revista Linhas*, 14(27), 253-280.

Cruz, J. V. (2010). Sergipe, um celeiro de escolas musicais. In: *Encontro da Anpuh/Sergipe*. Recuperado de <http://www.se.anpuh.org/artigos1.htm>

Ferreira, A. N. A. (2014). *O Ensino de música no Nordeste: um estudo histórico-organizacional sobre a Escola "Lilah Lisboa de Araújo" em São Luís do Maranhão* (Dissertação de Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

Ferreira Filho, J. V. (2009). *História e memória da educação musical no Piauí: das primeiras iniciativas à universidade* (Dissertação de Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI.

Galvão, C. (2011). *Escola de Música Anthenor Navarro: 79 anos de resistência*. Recuperado de <http://anthenornavarro.blogspot.de/2011/11/escola-de-musica-anthenor-navarro-79.html>

Gilioli, R. S. P. (2008). *Educação musical antes e depois de Villa-Lobos e os registros sonoros de uma época*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Biblioteca Nacional.

Goldenberg, R. (1997). *The experience of orpheonic singing in Brazil*. Recuperado de <http://www.classical.net/music/comp.lst/articles/villa-lobos/orpheonic.html>

Gurgel, R. D. F. (2007). *A trajetória da Escola de Aprendizizes Artífices de Natal: República, trabalho e educação (1909-1942)* (Tese de Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

- Holanda Filho, R. P. (2010). *O papel das bandas de música no contexto social, educacional e artístico*. Recife, PE: Caldeira Cultural Brasileira. E-book.
- Lemos Júnior, W. (2012). História da educação musical e a experiência do canto orfeônico no Brasil. *EccoS - Revista Científica*, (27), 67-80.
- Lima, G. M. (2008). *O Collégio de Educandos Artífices – 1865-1874: a infância desvalida da Paraíba do Norte* (Dissertação de Mestrado em História e Cultura Histórica). Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Malta, M. O. (2010). *O ensino profissionalizante em Sergipe: contribuição do Instituto Profissional Coelho e Campos (1922-1944)* (Dissertação de Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.
- Matta, A. E. R. (1996). *Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim: de recolhido a assalariado* (Dissertação de Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Moreira, M. S. (2007a). *Aspectos históricos, sociais e pedagógicos das Filarmônicas do Divino e Nossa Senhora da Conceição, do Estado de Sergipe* (Dissertação de Mestrado em Educação Musical). Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Moreira, M. S. (2007b). A educação musical no Conservatório de Música do Estado de Sergipe: abordagem sócio-política, histórica e metodológica do projeto pedagógico de ensino. *ETD - Educação Temática Digital*, 8(2), 45-52.
- Nascimento, A. C., & Barros, G. N. (2010). Crias do abandono, filhos da ordem: assistência, poder e resistência no Colégio dos Órfãos de Pernambuco (1835 a 1875). *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, (28.1), 1-19.
- Perrone, M. C. C., & Cruz, S. B. A. (1997). A música em Salvador: um breve percurso histórico (dos jesuítas até 1897). In M. C. C. Perrone.

Instituto de Música: um século de tradição musical na Bahia (p. 125-133). Salvador: Grafufba.

Quadros Júnior, J. F. S., & Quiles, O. L. (2012). Música na escola: uma revisão das legislações educacionais brasileiras entre os anos 1854 e 1961. *Música Hodie*, 12(1), 175-190.

Rizzini, Irma. (2004). *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial* (Tese de Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Santos, E. S. (2004). Uma análise da história do conservatório de música de Sergipe, do seu método de ensino e da evasão. In *3º Congresso Brasileiro de História da Educação*, Curitiba, PR. Recuperado de <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/259.pdf>

Santos, E. S. (2012). *Educação musical escolar em Sergipe: uma análise das práticas da disciplina canto orfeônico na Escola Normal de Aracaju (1934-1971)* (Dissertação de Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Silva, R. G. (2010). *O colégio de Educandos Artífices no Brasil Império: as raízes do ensino profissional para as crianças pobres em Alagoas (1854-1861)* (Monografia de Graduação em Pedagogia). Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

Silva, A. J. M. (2013). Educação musical como projeto: 50 anos do seminário de música de Feira de Santana. *Revista Metáfora Educacional*, (15), 48-76.

Silva, L. C. (2006). *Gazzi de Sá compond o prelúdio da educação musical da Paraíba: uma história musical da Paraíba nas décadas de 30 a 50* (Tese de Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Silva, S. G. (2008). *A música dos pianistas de Salvador: sete compositores e suas práticas musicais* (Dissertação de Mestrado em Música). Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Subtil, M. J. D. (2012). A lei nº 5.692/71 e a obrigatoriedade da educação artística nas escolas: passados quarenta anos, prestando contas ao presente. *Revista Brasileira de História da Educação*, 12(3[30]), 125-151.

Fontes documentais

Brasil. (1978, 25 de agosto). Decreto nº 82.167/78, de 1978. *Diário Oficial da União*.

Brasil. Ministério da Educação. (2007, abril). Lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Acessado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm

Brasil. Ministério da Educação. (2008, agosto). Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Acessado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111769.htm

Brasil. Ministério da Educação. (2015). *Senso da educação básica de 2015*. Acessado em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17044-dados-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. (1971, 12 de agosto). Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, seção 1.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. (1996, dezembro). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*.

1996.

Acessado

em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

DOEMA - Diário Oficial do Estado do Maranhão. (1992, 17 de julho).

DOEMA - Diário Oficial do Estado do Maranhão. (2002, 7 de março).

IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. (2012). Resolução nº 027, de 9 de setembro de 2011. Acessado em: <http://ifce.edu.br/fortaleza/menu/cursos/tecnicos/concomitante/instrumentomusical/pdf/portaria-de-criacao-instrumento-musical.pdf/view>

IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. (2008). Autorização/resolução CD/CEFETPB nº 22, de 21 de novembro de 2008; e nº 35, de 26 de dezembro de 2008. Acessado em: <http://www.ifpb.edu.br/campi/joao-pessoa/cursos/cursos-tecnicos-integrados/instrumento-musical#section-0>

IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (2010). Autorização/resolução CS/IFPB nº75, de 17 de setembro de 2010; e nº 82, de 27 de setembro de 2010. Acessado em: <http://www.ifpb.edu.br/campi/monteiro/cursos/cursos-tecnicos-integrados/instrumento-musical>

IFPE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. (2011). Acessado em: <http://portal.ifpe.edu.br/cursos/detalhamento.jsf?campi=Belo+Jardim&curso=Licenciatura%252Bem%252BM%2525C3%2525BAsica>

IFPE- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (2013). Acessado em: <http://portal.ifpe.edu.br/cursos/detalhamento.jsf?campi=Barreiros&curso=Instrumento%252BMusical>

IFPI - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. (2012). Acessado em: http://www5.ifpi.edu.br/index.php?option=com_content&view=category&id=18

- Maranhão (Estado). (2014). *Constituição do Estado do Maranhão*. Acessado em: http://www.stc.ma.gov.br/files/2013/03/CONSTITUI%C3%87%C3%83O-DO-ESTADO-DO-MARANH%C3%83O_atualizada_at%C3%A9_emenda69.pdf
- RPAL - *Relatório da Província de Alagoas*. (1854). Acessado em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>
- RPMA - *Relatório da Província do Maranhão*.(1844).Acessado em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranhão>
- RPMA - *Relatório da Província do Maranhão*. (1873). Acessado em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/maranhão>
- RPPE - *Relatório da Província de Pernambuco*. (1843). Acessado em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>
- RPPE - *Relatório da Província de Pernambuco*. (1852). Acessado em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>
- RPPE - *Relatório da Província de Pernambuco*. (1883). Acessado em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/pernambuco>
- RPPI- *Relatório da Província do Piauí*. (1850). Acessado em: <https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>
- RPPI - *Relatório da Província do Piauí*. (1873). Acessado em: <https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>
- UFBA - Universidade Federal da Bahia. Escola de Música. (1958). *Licenciatura em Música*. Acessado em: <http://www.escolademusica.ufba.br/graduacao/licenciatura>
- UFCEG. *Resolução de aprovação do curso de Música da Universidade Federal de Campina Grande*. (2008). Acessado em: http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res_16082008.pdf

Ricieri Carlini ZORZAL; Ana Neuza Araújo FERREIRA.

UFAL. *Projeto político pedagógico do curso de Música da Universidade Federal de Alagoas*. (2006). Acessado em: <http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/projetos-pedagogicos/campus-maceio/ppc-musica-licenciatura.pdf/view>

UFPI. *Projeto político pedagógico do curso de Música da Universidade Federal do Piauí*. (2011). Acessado em: http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/cc/arquivos/files/musica_cmpp.pdf

Submetido em: 07/06/2015

Aprovado em: 02/08/2016

Este é um artigo de acesso aberto, distribuído sob os termos da licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos, em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.